



## PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE PELOS MUNICÍPIOS

- O DESAFIO DE GARANTIR O DIREITO À SAÚDE
- PRESTAÇÃO ESTATAL
- PRESTAÇÃO PRIVADA

PREFÁCIO

JOÃO PEDRO GEBRAN NETO



A presente obra trata de um dos temas de maior relevância para a população brasileira e que traz os maiores desafios para a Administração Pública municipal: a garantia do direito fundamental à saúde.

No trabalho, o autor traça um panorama da realidade vivenciada pelos municípios no desafio de atender às demandas sociais por serviços de saúde. Com foco na realidade e sem se perder no academicismo excessivo, o livro explica a teoria constitucional sobre o tema, detalhando questões relativas à judicialização da saúde, às dificuldades de financiamento, ao rol de atribuições municipais e aos modelos de gestão da saúde pública.

O leitor encontrará no livro todas as alternativas previstas no ordenamento jurídico pátrio – acompanhadas de sugestões, críticas, procedimentos e cuidados a serem tomados pelos gestores públicos e procuradores jurídicos – para a tomada de decisões acerca do modelo de gestão mais adequado à concretização do direito fundamental à saúde.

**Autor**  
Fernando Borges Mânica

## PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE PELOS MUNICÍPIOS

O Desafio de Garantir o Direito à Saúde  
Prestação Estatal  
Prestação Privada

**Área específica**  
Direito Administrativo.

**Áreas afins**  
Direito da Saúde. Direito constitucional.  
Direito Municipal.

**Público-alvo/consumidores**  
Gestores públicos, procuradores municipais e prefeitos; dirigentes de ONGs e de empresas médicas. Pesquisadores na área de parcerias e serviços públicos de saúde; órgãos de controle e fiscalização da Administração Pública.

**FORMATO:** 14,5 X 21,5 cm  
**CÓDIGO:** 10001143

M278p

Mânica, Fernando Borges

Prestação de serviços de assistência à saúde pelos municípios/ Fernando Borges  
Mânica; prefácio João Pedro Gebran Neto. – Belo Horizonte : Fórum, 2017.

174 p.

ISBN: 978-85-450-0250-5

1. Direito Administrativo. 2. Direito constitucional. 3. Direito Municipal. I. Título.

CDD 341.3

CDU 342

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MÂNICA, Fernando Borges. Prestação de serviços de assistência à saúde pelos municípios. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 174 p. ISBN 978-85-450-0250-5.

## SUMÁRIO

### PREFÁCIO

João Pedro Gebran Neto ..... 11

### CAPÍTULO 1

OS MUNICÍPIOS E O DESAFIO DE GARANTIR O DIREITO  
À SAÚDE ..... 17

- 1.1 A nova hermenêutica constitucional: o direito à saúde pode ser exigido independentemente de lei ..... 19
- 1.2 Conteúdo jurídico do direito à saúde no Brasil ..... 22
- 1.3 Políticas públicas e judicialização da saúde ..... 25
- 1.4 Organização dos sistemas públicos de saúde no mundo ..... 27
- 1.5 O SUS e os prestadores privados de saúde no Brasil ..... 29
- 1.6 Financiamento da saúde pública no Brasil ..... 32
- 1.7 A divisão constitucional de competências no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS ..... 35
- 1.8 Regime jurídico das ações e serviços de assistência à saúde ..... 38
- 1.9 Atribuições municipais no Sistema Único de Saúde – SUS ..... 41
- 1.10 Prestação privada de serviços de assistência à saúde no âmbito do SUS ..... 44
- 1.11 Modelos de prestação de serviços de assistência à saúde pelos municípios ..... 51

### CAPÍTULO 2

PRESTAÇÃO ESTATAL ..... 53

- 2.1 Administração direta ..... 54
- 2.2 Administração indireta: pessoas jurídicas de direito público ..... 58
  - 2.2.1 Autarquias ..... 59
  - 2.2.2 Fundações públicas de direito público ou “fundações autárquicas” ..... 60
- 2.3 Administração indireta: pessoas jurídicas de direito privado ..... 62
  - 2.3.1 Fundações públicas de direito privado ou “fundações estatais” ..... 63
  - 2.3.2 Empresas públicas e sociedades de economia mista ..... 66
- 2.4 Consórcios públicos ..... 72

## CAPÍTULO 3

PRESTAÇÃO PRIVADA .....	79
3.1 Delimitação do objeto das parcerias na saúde .....	85
3.1.1 Exigência de concurso público .....	87
3.1.2 Burla à legislação trabalhista .....	90
3.1.3 Atividades econômicas acessórias .....	91
3.2 Entidades filantrópicas e sem fins lucrativos .....	91
3.2.1 Convênios .....	94
3.2.1.1 Histórico .....	95
3.2.1.2 Cabimento dos convênios na assistência à saúde .....	97
3.2.1.3 Entidades aptas a celebrar convênios .....	97
3.2.1.4 Disciplina jurídica .....	98
3.2.1.5 Exigência de licitação .....	101
3.2.1.6 Providências para a celebração de convênios pelos municípios .....	103
3.2.1.7 Questões controvertidas .....	104
3.2.2 Contratos de gestão com organizações sociais .....	105
3.2.2.1 Histórico .....	106
3.2.2.2 Cabimento dos contratos de gestão na assistência à saúde .....	108
3.2.2.3 Entidades aptas a celebrar contratos de gestão .....	109
3.2.2.4 Disciplina jurídica .....	111
3.2.2.5 Exigência de licitação .....	114
3.2.2.6 Providências para a celebração de contratos de gestão pelos municípios .....	116
3.2.2.7 Constitucionalidade e legalidade do modelo: a posição do STF e do TCU .....	117
3.2.2.8 Questões controvertidas .....	120
3.2.3 Termos de parceria com Oscips .....	121
3.2.3.1 Histórico .....	122
3.2.3.2 Cabimento dos termos de parceria na assistência à saúde .....	123
3.2.3.3 Entidades aptas a celebrar termos de parceria .....	123
3.2.3.4 Disciplina jurídica .....	126
3.2.3.5 Exigência de licitação .....	129
3.2.3.6 Providências para a celebração de termos de parceria pelos municípios .....	130
3.2.3.7 Questões controvertidas .....	131
3.2.4 Termos de fomento, termos de colaboração e acordos de cooperação com OSCs .....	132
3.2.4.1 Histórico .....	133
3.2.4.2 Cabimento dos termos de colaboração e termos de fomento na assistência à saúde .....	134
3.2.4.3 Entidades aptas a celebrar termos de colaboração e termos de fomento .....	134
3.2.4.4 Disciplina jurídica .....	135
3.2.4.5 Exigência de licitação .....	140
3.2.4.6 Procedimento de manifestação de interesse social – PMIS .....	143
3.2.4.7 Providências para a celebração de termos de fomento e termos de colaboração pelos municípios .....	144
3.2.4.8 Questões controvertidas .....	146
3.3 Entidades privadas com finalidade lucrativa .....	148
3.3.1 Contrato administrativo de prestação de serviços .....	149
3.3.1.1 Entidades aptas a celebrar contratos administrativos de prestação de serviços de assistência à saúde no âmbito do SUS .....	150
3.3.1.2 Cabimento dos contratos administrativos de prestação de serviços na assistência à saúde .....	151
3.3.1.3 Exigência de licitação e a figura do credenciamento .....	153
3.3.2 Parcerias público-privadas – PPPs .....	154
3.3.2.1 Entidades aptas a celebrar contratos de PPP .....	155
3.3.2.2 Disciplina jurídica das PPPs .....	155
3.3.2.3 Cabimento das PPPs na assistência à saúde .....	160
3.3.2.4 Exigência de licitação .....	162
3.3.2.5 Procedimento de manifestação de interesse – PMI .....	163
3.3.2.6 Providências para a celebração de PPPs pelos municípios .....	167
3.3.2.7 Questões controvertidas: o limite de despesas com contratos de PPP .....	168
APONTAMENTOS FINAIS .....	173